



## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TRABALHO DOCENTE NA ERA DA PLATAFORMIZAÇÃO: CONTROLE E RESISTÊNCIAS

Public policies for teaching work in the era of platformization: control and resistance

Políticas públicas para el trabajo docente en la era de la plataformización: control y resistencias

Rosinéia dos Santos Aragão Sanches<sup>1</sup>; Dartel Ferrari de Lima<sup>2</sup>; Clarice Fabiano Costa Palavissini<sup>3</sup>; Letícia Natsumi Yoshida<sup>4</sup>

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel – PR, Brasil

### RESUMO

Este estudo investiga as políticas públicas voltadas à digitalização e plataformização da educação básica, enfocando seus efeitos sobre o trabalho docente, as formas de controle e a resistência pedagógica. Parte-se da compreensão de que as plataformas digitais e os sistemas algorítmicos configuram não apenas um processo de modernização tecnológica, mas uma nova racionalidade política e gerencial, na qual métricas, indicadores e fluxos de dados orientam e regulam o fazer pedagógico. Essa lógica, sustentada por discursos de eficiência e inovação, redefine o papel do professor, submetendo-o a mecanismos de monitoramento e responsabilização que tendem a reduzir a autonomia profissional e o caráter humanizador da docência. Contudo, observa-se que tais tecnologias também são apropriadas de forma crítica pelos educadores, que criam estratégias de resistência, cooperação e reinvenção das práticas pedagógicas, preservando a dimensão ética, crítica e emancipadora do trabalho educativo. Esta pesquisa, de caráter qualitativo, bibliográfico e exploratório-documental, fundamenta-se nos pressupostos do Materialismo Histórico-Dialético, considerando as categorias de totalidade histórica, contradição e hegemonia como eixos de análise. Os resultados indicam que, apesar das tensões e disputas em torno da autonomia e da liberdade pedagógica, emergem práticas docentes colaborativas que reafirmam o compromisso com a formação integral dos alunos. Nesse sentido, conclui-se que a construção de políticas públicas democráticas é imprescindível para assegurar a transparência, a participação social e a justiça na governança algorítmica da educação, de modo a garantir que as tecnologias digitais sirvam ao interesse público e à emancipação humana.

**Palavras-chave:** Tecnologia e educação; Prática docente; Mediação tecnológica; Democracia educacional; Emancipação crítica.

### ABSTRACT

This study investigates public policies aimed at digitizing and platformizing basic education, focusing on their effects on teaching and the forms of pedagogical control and resistance. It begins with the understanding that digital platforms and algorithmic systems constitute not only a process of technological modernization, but also a new political and managerial rationality, in which metrics, indicators, and data flows guide and regulate pedagogical practice. This logic, supported by discourses of efficiency and

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPE) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). ORCID id: <https://orcid.org/0009-0000-0090-661X>. E-mail: [rsasanches@uem.br](mailto:rsasanches@uem.br)

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unoeste), Doutor em Medicina Preventiva pela Universidade de São Paulo (USP). ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-3633-9458>. E-mail: [dartelferrari07@gmail.com](mailto:dartelferrari07@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unoeste), Doutora em Educação em Ciências e Educação Matemática (PPGECM); ORCID id: <https://orcid.org/0000-0003-3419-6526>. E-mail: [clarice\\_fc@hotmail.com](mailto:clarice_fc@hotmail.com)

<sup>4</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unoeste), graduanda, bacharelado em Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS). ORCID id: <https://orcid.org/0009-0007-6967-9444>. E-mail: [leticianatsumiyoshida@gmail.com](mailto:leticianatsumiyoshida@gmail.com)

innovation, redefines the role of teachers, subjecting them to monitoring and accountability mechanisms that tend to reduce professional autonomy and the humanizing nature of teaching. However, it is observed that such technologies are also critically reappropriated by educators, who develop strategies of resistance, cooperation, and reinvention of pedagogical practices, preserving the ethical, critical, and emancipatory dimension of educational work. This qualitative, bibliographical, and exploratory-documentary research is based on the assumptions of Historical-Dialectic Materialism, considering the categories of historical totality, contradiction, and hegemony as axes of analysis. The results indicate that, despite tensions and disputes surrounding autonomy and pedagogical freedom, collaborative teaching practices emerge that reaffirm the commitment to the comprehensive education of students. In this sense, it is concluded that the development of democratic public policies is essential to ensure transparency, social participation, and justice in the algorithmic governance of education, ensuring that digital technologies serve the public interest and human emancipation.

**Keywords:** Technology and education; Teaching practice; Technological mediation; Educational democracy; Critical emancipation.

## RESUMEN

Este estudio investiga las políticas públicas orientadas a la digitalización y la plataformización de la educación básica, centrándose en sus efectos sobre la enseñanza y las formas de control y resistencia pedagógica. Parte de la comprensión de que las plataformas digitales y los sistemas algorítmicos constituyen no solo un proceso de modernización tecnológica, sino también una nueva racionalidad política y gerencial, en la que métricas, indicadores y flujos de datos guían y regulan la práctica pedagógica. Esta lógica, sustentada en discursos de eficiencia e innovación, redefine el rol docente, sometiénolo a mecanismos de monitoreo y rendición de cuentas que tienden a reducir la autonomía profesional y la humanización de la docencia. Sin embargo, se observa que dichas tecnologías también son reapropiadas críticamente por los educadores, quienes desarrollan estrategias de resistencia, cooperación y reinención de las prácticas pedagógicas, preservando la dimensión ética, crítica y emancipadora del trabajo educativo. Esta investigación cualitativa, bibliográfica y exploratorio-documental se basa en los supuestos del Materialismo Histórico-Dialéctico, considerando las categorías de totalidad histórica, contradicción y hegemonía como ejes de análisis. Los resultados indican que, a pesar de las tensiones y disputas en torno a la autonomía y la libertad pedagógica, surgen prácticas docentes colaborativas que reafirman el compromiso con la educación integral del alumnado. En este sentido, se concluye que el desarrollo de políticas públicas democráticas es esencial para garantizar la transparencia, la participación social y la justicia en la gobernanza algorítmica de la educación, garantizando que las tecnologías digitales sirvan al interés público y a la emancipación humana.

**Palabras clave:** Tecnología y educación; Práctica docente; Mediación tecnológica; Democracia educativa; Emancipación crítica.

## INTRODUÇÃO

As transformações tecnológicas têm remodelado de forma profunda a educação contemporânea. Desde a década de 1970, quando a informatização e a financeirização passaram a redefinir o setor de serviços (Antunes, 2020a), a escola vem sendo atravessada por pressões de modernização que, longe de se restringirem ao âmbito técnico, expressam novas racionalidades políticas, econômicas e sociais. Nesse cenário, a gestão escolar e o trabalho docente constituem-se como espaços centrais de disputa em torno do sentido, das finalidades e dos rumos da educação básica.

Nesse contexto de reconfiguração tecnológica e política da educação, destaca-se o avanço da plataformização, compreendida como o processo pelo qual as atividades pedagógicas, administrativas e avaliativas passam a ser mediadas e reguladas por plataformas digitais sustentadas por sistemas algorítmicos. Inserida no campo das políticas públicas, essa dinâmica assume papel estratégico na gestão e

no controle educacional, convertendo a tecnologia digital em dispositivo de regulação e vigilância. Como assinalam Rodrigues, Bechara e Grubba (2020, p. 9), “[...] a tecnologia possui grande capacidade de concentração de informações e permite que estas sejam processadas, modificadas, atualizadas e disponibilizadas com velocidade e precisão”. À luz da reflexão gramsciana (Gramsci, 2001), compreende-se que a plataformização ultrapassa o âmbito da inovação técnica e se afirma como um processo de construção hegemônico, no qual coerção e consenso se articulam para naturalizar valores como eficiência, desempenho e responsabilização na educação básica, frequentemente encobrendo seu caráter ideológico e os interesses econômicos que a sustentam.

Apesar dos avanços nas discussões sobre tecnologia e educação, ainda persiste uma lacuna teórica e empírica quanto à compreensão crítica dos impactos da plataformização sobre o trabalho docente e a autonomia pedagógica. Jabur e Vicente (2024) apontam que, embora as plataformas sejam frequentemente apresentadas como instrumentos de inovação e democratização do acesso, elas tendem a reforçar lógicas de padronização curricular, mensuração de desempenho e intensificação laboral. Tais dinâmicas produzem tensões entre a promessa de modernização e a realidade de controle e precarização, demandando análises que integrem dimensões políticas, epistemológicas e éticas do fenômeno. Nesse sentido, compreender a plataformização como processo social complexo, e não apenas como ferramenta tecnológica, revela-se fundamental para problematizar suas implicações sobre as práticas educativas e sobre os sentidos do trabalho docente na contemporaneidade (Palavissini; Lima, 2021).

Diante desse cenário, a presente pesquisa justifica-se pela urgência de compreender os efeitos da plataformização sobre a autonomia e a liberdade pedagógica. Ao examinar criticamente como as políticas públicas moldam a atuação docente na era digital, o estudo busca oferecer subsídios que ultrapassem o debate acadêmico e contribuam para a formulação de políticas educacionais democráticas, orientadas pelos princípios da participação, da transparência e da justiça social. A relevância científica da investigação reside em iluminar as tensões entre controle e resistência no trabalho docente, oferecendo aportes teóricos e empíricos para o fortalecimento de práticas emancipadoras (Beckert; Lima, 2024).

O problema central que orienta este estudo consiste em compreender de que forma a plataformização, enquanto política pública educacional, reconfigura o trabalho docente no Brasil. A partir dessa perspectiva, formula-se a seguinte questão de pesquisa: de que modo as plataformas digitais implementadas em redes públicas de ensino operam simultaneamente como dispositivos de controle do trabalho docente e como espaços de resistência e ressignificação pedagógica?

O objetivo da pesquisa é examinar as implicações das políticas públicas de plataformização sobre a atuação docente na educação básica brasileira. De forma específica, busca-se: (i) analisar as racionalidades políticas que sustentam a adoção de plataformas digitais; (ii) identificar as formas de controle instituídas sobre o trabalho docente; e (iii) investigar as estratégias de resistência e colaboração desenvolvidas pelos professores. O estudo adota como referencial teórico o Materialismo Histórico-Dialético, considerando

categorias analíticas fundamentais, totalidade histórica, contradição e hegemonia, para compreender as dimensões política, social e pedagógica da plataformização.

A delimitação da pesquisa concentra-se no contexto brasileiro contemporâneo, com ênfase na educação básica pública e em políticas implementadas a partir dos anos 2000. O recorte privilegia a análise de documentos oficiais, literatura especializada e experiências exemplares de adoção de plataformas em redes estaduais. De natureza qualitativa, bibliográfica e exploratório-documental, o estudo busca compreender a plataformização como fenômeno histórico específico, vinculado aos processos globais de reconfiguração do trabalho docente, sem perder de vista suas particularidades no cenário educacional brasileiro.

### **DELINEAMENTO METODOLÓGICO**

O estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, bibliográfica e documental, voltado à compreensão crítica das relações entre políticas públicas, plataformização da educação e reconfiguração do trabalho docente. Esse delineamento busca articular a interpretação teórica com a análise de documentos oficiais, marcos normativos e produções acadêmicas que tratam do avanço das tecnologias digitais na educação básica brasileira.

O enfoque qualitativo permite apreender a complexidade e a historicidade do fenômeno, privilegiando a análise das contradições, mediações e racionalidades políticas que estruturam a adoção de plataformas digitais como instrumentos de gestão e controle pedagógico. Ao priorizar a profundidade interpretativa em detrimento da mensuração quantitativa, o estudo insere-se no campo das pesquisas críticas em educação, cujo propósito é revelar as determinações históricas e ideológicas subjacentes às políticas de modernização tecnológica (Barbosa; Alves, 2023; Lemos, 2021).

Adota-se o Materialismo Histórico-Dialético como referencial teórico-metodológico, por oferecer instrumentos analíticos capazes de apreender criticamente as determinações históricas, políticas e sociais que configuram a realidade educacional contemporânea, especialmente no contexto da plataformização da educação, sob a perspectiva gramsciana, que entende a escola como espaço de disputa hegemônica, no qual diferentes projetos societários buscam se afirmar mediante a formação de consensos e a construção de subjetividades ajustadas às demandas do capital (Gramsci, 2001).

A partir desse referencial, a investigação se estrutura em torno de duas categorias analíticas fundamentais: hegemonia e contradição, que orientam a leitura crítica dos documentos e das políticas públicas examinadas. Tais categorias, entendidas como mediações teóricas que expressam o movimento dialético da realidade, permitem articular as dimensões ideológica, política e pedagógica da plataformização da educação, desvelando os mecanismos pelos quais o discurso da inovação tecnológica se converte em instrumento de controle e reprodução social (Lima *et al.*, 2022).

A categoria hegemonia, conforme formulada por Gramsci (2001) possibilita compreender como a aceitação social das tecnologias educacionais e das políticas públicas voltadas à digitalização e à

plataformização ocorre de forma aparentemente natural, legitimando tais dispositivos como soluções inevitáveis para a modernização do ensino. Essa naturalização disfarça, entretanto, a presença de lógicas de controle ideológico e econômico que atravessam as plataformas digitais e os sistemas algorítmicos, configurando não apenas avanços tecnológicos, mas uma nova racionalidade política e gerencial, em que métricas e indicadores passam a orientar e regular o trabalho docente (Ball, 2012).

A categoria contradição evidencia os tensionamentos presentes nesse modelo. Em particular, revela o conflito entre a promessa de personalização do ensino e a realidade da padronização algorítmica. O que se apresenta como adaptação às necessidades individuais do estudante corresponde, na prática, a uma filtragem de conteúdo que privilegia determinadas narrativas e silencia outras, especialmente no que se refere a questões de gênero, etnia e raça. Assim, a governança algorítmica contribui para a manutenção de desigualdades sociais e para a reprodução de hierarquias históricas no espaço educacional (Noble, 2018).

A análise documental contempla marcos normativos e regulatórios centrais da educação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), os quais estruturam a política educacional e servem de suporte institucional à padronização curricular e à introdução de tecnologias de mensuração de desempenho. Embora apresentadas como instrumentos de equidade e qualidade, tais normativas fornecem substrato para a incorporação de soluções tecnológicas que reduzem a complexidade educativa à lógica da produtividade e da quantificação. Sob o prisma do Materialismo Histórico-Dialético, tais documentos são interpretados como expressões da hegemonia tecnocrática, que traduzem os interesses do capital educacional em linguagem normativa e legitimam a expansão das plataformas digitais como mediadoras privilegiadas do processo de ensino-aprendizagem.

Reconhece-se, contudo, que a adoção do Materialismo Histórico-Dialético e da abordagem qualitativa, embora permita apreender as determinações estruturais e as mediações sociais que configuram a plataformização da educação, impõe limites quanto à amplitude empírica e à generalização dos resultados. Por tratar-se de uma investigação essencialmente teórico-documental, o estudo privilegia a interpretação crítica das políticas públicas e de seus fundamentos ideológicos, não se propondo à mensuração estatística nem à observação direta de práticas docentes em larga escala.

Tal recorte, ao enfatizar a profundidade analítica em detrimento da extensão empírica, pode restringir a compreensão de variações contextuais entre redes e sistemas educacionais. Ainda assim, essa escolha metodológica se justifica pela coerência com o propósito da pesquisa, que busca desvendar os nexos entre hegemonia, controle e resistência no trabalho docente, situando a análise no campo das contradições estruturais que atravessam a educação contemporânea, mais do que na descrição fenomênica de seus efeitos imediatos.

Os aspectos éticos da pesquisa foram observados em conformidade com os princípios de integridade científica, rigor teórico e respeito às fontes utilizadas. Por tratar-se de um estudo de natureza bibliográfica e documental, não houve envolvimento direto de participantes humanos, o que dispensa a

submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016). Destaque-se que todos os materiais consultados foram devidamente citados e referenciados, garantindo a fidedignidade das interpretações, a transparência das análises e o reconhecimento dos direitos autorais e intelectuais dos autores consultados na investigação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O avanço das tecnologias digitais tem transformado o ambiente educacional brasileiro, impactando diretamente o trabalho docente. De acordo com dados recentes do Cetic.br (2023), 94% das escolas brasileiras de Ensino Fundamental e Médio estão conectadas à internet. No entanto, apesar da ampla conectividade, apenas 58% das escolas oferecem computadores ou acesso à internet para uso dos alunos, indicando um descompasso entre conectividade e recursos efetivamente acessíveis.

Mesmo assim, o uso de plataformas digitais se expande rapidamente, principalmente entre os mais jovens. Segundo dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br, 2024), estima-se que 14 milhões de adolescentes em idade escolar sejam usuários ativos de plataformas digitais como *Instagram*, *WhatsApp* e *TikTok*, com tempo médio diário de uso superior a 3 horas. Esse contexto evidencia a centralidade das plataformas na vida cotidiana dos jovens, superando, em termos de exposição e interação, os espaços formais de ensino, o que impacta diretamente a dinâmica da educação básica.

Por outro lado, 48% dos professores não utilizam computadores e 49% não acessam a internet, evidenciando que uma parcela significativa dos docentes ainda enfrenta dificuldades na incorporação das tecnologias digitais em sua prática pedagógica. Muito embora o uso das plataformas digitais nas escolas brasileiras esteja condicionado pela qualidade da conexão e pelo número limitado de dispositivos, o acesso à infraestrutura por si só não garante o uso efetivo das tecnologias no cotidiano escolar (Cetic.br., 2023).

No caso dos professores, observa-se entre eles uma considerável heterogeneidade no acesso e uso das tecnologias digitais. De acordo com Turchi, Codes e Araújo (2024), os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontam 97,6% dos docentes da rede pública brasileira com acesso à internet no domicílio, mas apesar desse percentual, “apenas 64,8% participam de cursos de capacitação voltados ao uso pedagógico das tecnologias digitais” (Turchi, Codes e Araújo, 2024, p. 15), evidenciando lacunas significativas na preparação docente para a integração efetiva dessas ferramentas em sua prática educativa.

As disparidades no acesso à tecnologia e na capacitação docente têm implicações diretas sobre o controle e a autonomia dos professores frente às plataformas digitais. A integração dessas ferramentas no ensino, muitas vezes, ocorre de forma coercitiva, com adoção de softwares e aplicativos impostos por políticas públicas sem uma formação adequada para seu uso crítico e pedagógico. Essa situação reforça relações de poder e hegemonia tecnológica em que a plataformização molda práticas docentes, mesmo na ausência de escolha plena por parte do educador (Silva; Carolei, 2024).

As políticas públicas brasileiras voltadas à educação digital, como o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), têm buscado ampliar o uso de plataformas digitais nas escolas públicas,

favorecendo o acesso de professores e alunos a conteúdos e recursos pedagógicos. Embora o programa ProInfo represente avanço na democratização do acesso às tecnologias, sua implementação revela contradições estruturais (Gomes; Santos; Medeiros, 2021).

Ao adotar modelos centrados na eficiência, no controle e na mensuração de resultados, o Estado tende a reproduzir lógicas empresariais que transformam a tecnologia em instrumento de vigilância e padronização pedagógica. Nessa perspectiva, como alertam Freire (1996) e Giroux (2018), a educação corre o risco de se tornar um espaço de adestramento técnico, em vez de formação crítica e emancipadora. Além disso, Selwyn (2016) argumenta que a digitalização educacional frequentemente reforça desigualdades e dependências institucionais, mostrando que a promessa de inovação tecnológica pode, paradoxalmente, limitar a autonomia docente e a criatividade pedagógica.

Sob a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, compreende-se que o poder econômico concentrado nas corporações que controlam as principais plataformas digitais sustenta a criação e o teste contínuo de estratégias destinadas a intensificar o engajamento dos usuários, lógica que se estende ao campo educacional. No contexto escolar, essa dinâmica produz uma tensão permanente: de um lado, os recursos digitais podem potencializar a aprendizagem e favorecer a inovação pedagógica; de outro, o tempo e a atenção dos estudantes tendem a ser capturados por mecanismos que priorizam os interesses comerciais das plataformas. Assim, a escola, enquanto espaço social e histórico, passa a ser atravessada por forças produtivas externas, revelando contradições entre a racionalidade econômica das tecnologias e os propósitos formativos e emancipatórios do trabalho docente (Cruz Junior, 2020).

Desse modo, as plataformas digitais não apenas oferecem suporte tecnológico ao ensino, mas também instauram novas formas de controle e regulação sobre o trabalho docente. Elas reorganizam o tempo e o espaço da aprendizagem, na medida em que introduzem lógicas de produtividade e engajamento baseadas em métricas e indicadores de desempenho. Nesse processo, o professor é frequentemente compelido a adaptar suas práticas às exigências algorítmicas das plataformas, o que reduz sua autonomia pedagógica e redefine as relações de poder no ambiente escolar. Assim, o trabalho docente passa a ser mediado por uma racionalidade tecnológica que, ao mesmo tempo em que promete eficiência e inovação, reforça mecanismos sutis de vigilância e subordinação, evidenciando as contradições entre as finalidades emancipatórias da educação e as imposições do capitalismo digital (Silva *et al*, 2025).

A coleta de dados de estudantes em plataformas digitais escolares evidencia a dimensão complexa do trabalho docente no contexto contemporâneo. Essas ferramentas não são neutras: ao registrarem padrões de uso, interações e respostas, elas produzem perfis detalhados que podem ser explorados para fins pedagógicos ou comerciais, inserindo o professor em um campo de tensão entre mediação educativa e controle externo. A apropriação crítica dessas informações constitui, assim, uma dimensão central da atuação docente, exigindo que o educador concilie a personalização do ensino com a proteção da privacidade dos alunos, conforme estabelece a LGPD, e resista à instrumentalização do tempo e da atenção estudantil pelas lógicas de engajamento e produtividade das plataformas (Mendonça; Nóvoa, 2025).

Frente a essas pressões, o professor desenvolve estratégias simultâneas de resistência e colaboração, mostrando que o trabalho docente é ativo e dialético. A resistência se manifesta na adaptação crítica das ferramentas, na negociação de práticas pedagógicas e na promoção da reflexão ética e digital entre os alunos; a colaboração, por sua vez, envolve o uso estratégico das plataformas para integrar conteúdos, engajar estudantes e otimizar a gestão de informações pedagógicas, sem abdicar da proteção de seus direitos (Cavazzani; Santos; Lopes, 2024).

A dependência tecnológica dos estudantes, aliada à pressão por resultados e monitoramento digital, reforça a necessidade de capacitação docente contínua em competências e ética digitais, permitindo que o educador transforme as contradições estruturais do capitalismo digital em oportunidades de mediação pedagógica emancipatória. A plataformização da educação transforma profundamente as relações entre professores, gestores e estudantes, criando dinâmicas de poder e controle (Silva; Couto, 2024).

O acesso a métricas de desempenho digital permite que gestores utilizem dados como instrumentos de avaliação e monitoramento institucional, impactando a autonomia docente. Essas mudanças refletem contradições estruturais do sistema educacional: a busca por eficiência e controle externo entra em tensão com o papel emancipatório da escola. As escolhas de ferramentas e aplicativos também evidenciam a influência de interesses econômicos e corporativos sobre o currículo, reforçando a necessidade de políticas públicas que assegurem transparência, participação docente e equidade na implementação das tecnologias digitais (Silva *et al*, 2025).

Nesse cenário, a mediação docente assume papel central como elemento de resistência e transformação. A apropriação crítica dos recursos digitais, aliada à defesa da autonomia e dos direitos dos estudantes, permite que os professores tensionem as forças de controle, explorando as potencialidades pedagógicas das plataformas para promover aprendizagens significativas. Estratégias de engajamento ético, inclusão digital e educação para a privacidade configuram práticas que equilibram eficiência, inovação e emancipação, demonstrando que o trabalho docente continua sendo o principal mediador na construção de uma educação digital crítica, ética e socialmente transformadora (Carriel; Rosenau, 2025).

### **Educação pública sob plataformas: regulação, fragilização e reconfiguração do trabalho docente**

As políticas públicas voltadas à digitalização e à plataformização da educação básica configuram um campo estratégico de disputa em torno do sentido da escola pública e do trabalho docente. Ainda que estejam sustentadas por marcos legais que reconhecem a educação como direito social e dever do Estado — conforme a Constituição Federal de 1988, que assegura no artigo 205 a educação como “[...] direito de todos e dever do Estado e da família” (Brasil, 1988, p. 123) — e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) (Brasil, 1996), que reforça a responsabilidade pública na garantia da qualidade e equidade educacional, as políticas de digitalização introduzem novas dinâmicas de regulação que tensionam tais princípios.

A incorporação de plataformas digitais na gestão e nos processos de ensino tem transferido parte das decisões pedagógicas para sistemas automatizados e algoritmos, que não atuam de forma neutra. Como observa Grohmann (2020, p. 59), “[...] as plataformas digitais operam com base em lógicas algorítmicas que produzem efeitos sociais e políticos, reconfigurando o trabalho e as relações de poder”. Essa mediação tecnológica, longe de ser apenas instrumental, redefine as formas de controle sobre o fazer docente, impondo métricas externas de desempenho e eficiência.

Nessa perspectiva, Barbosa e Alves (2023, p. 142) destacam que “[...] a plataformização da educação reestrutura a gestão escolar ao centralizar dados e decisões, reduzindo a autonomia dos profissionais da educação e condicionando suas práticas aos parâmetros técnicos e mercadológicos”. Tal processo evidencia um deslocamento da soberania pedagógica e curricular para sistemas privados de informação, o que desafia a natureza pública da política educacional.

Por outro lado, esse cenário também tem estimulado formas de resistência pedagógica, nas quais professores e comunidades escolares buscam ressignificar o uso das tecnologias digitais, transformando-as em instrumentos de participação, colaboração e emancipação. Nesse sentido, reafirma-se a importância da presença ativa dos docentes na elaboração e monitoramento das políticas públicas, de modo a assegurar que a digitalização da educação se realize sob a perspectiva democrática, garantindo a autonomia pedagógica e o direito social à educação. A expansão das plataformas digitais no campo educacional introduz novas formas de controle sobre o trabalho docente, isso se manifesta por meio da padronização das práticas pedagógicas e do monitoramento constante mediado por algoritmos, sistemas de gestão e métricas de desempenho. Segundo Srnicek (2017, p. 98), as plataformas funcionam como “[...] infraestruturas que extraem, processam e monetizam dados, controlando a produção e o consumo”, o que no contexto educacional implica a mercantilização do trabalho docente e o enfraquecimento da autonomia profissional.

Laval (2019) evidencia que, no contexto das transformações impostas pela reestruturação produtiva do capital, a educação passa a ser redimensionada sob a lógica gerencial orientada pelo mercado, que submete o trabalho docente a uma racionalidade orientada por resultados. Nesse cenário, a atividade educativa é convertida em um campo de produtividade, no qual professores são avaliados por indicadores e métricas que procuram traduzir o ensino em dados supostamente objetivos e mensuráveis. Essa dinâmica gerencialista aproxima a escola dos modelos empresariais, reduzindo a autonomia pedagógica e subordinando as práticas educativas aos imperativos de eficiência e competitividade. Tal processo evidencia a necessidade de políticas públicas que assegurem condições de trabalho dignas, valorização profissional e defesa da autonomia docente, especialmente diante do avanço da digitalização e da expansão das plataformas educacionais.

Ainda que submetidos a mecanismos de controle e monitoramento, os resultados da pesquisa demonstram que os professores elaboram estratégias de resistência pedagógica, preservando práticas emancipatórias mesmo em ambientes mediados por tecnologias digitais. Essas estratégias manifestam-se

por meio de metodologias colaborativas, apropriações críticas dos recursos tecnológicos e construção de espaços de reflexão coletiva sobre a experiência docente e as formas de enfrentamento às pressões neoliberais.

Como enfatiza Freire (1996, p. 47), “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”, evidenciando que, mesmo em contextos de vigilância digital, a ação docente pode manter seu caráter crítico e libertador. Complementarmente, Antunes (2020) argumenta que o trabalho vivo conserva um potencial de resistência frente à lógica da mercantilização e da automação, uma vez que a subjetividade e a criatividade não podem ser totalmente capturadas pelo capital, e ainda: que o fortalecimento de práticas docentes críticas é essencial para contrabalançar os efeitos do controle algorítmico.

De acordo com Ball (2012), as políticas públicas contemporâneas são fortemente influenciadas por atores privados e organismos internacionais, deslocando o foco da gestão democrática para uma governança corporativa da educação, orientada por indicadores de desempenho. Essa tendência, frequentemente fundamentada em agendas de eficiência, padronização e responsabilização, convergem com os interesses de grandes conglomerados empresariais e *Big Techs* que, ao expandirem suas plataformas e soluções tecnológicas para o campo educacional, passam a atuar como agentes centrais na definição de prioridades, metodologias e instrumentos de gestão. O entrecruzamento entre tais organismos multilaterais e corporações globais reforça a lógica de mercantilização da educação, promovendo políticas que privilegiam métricas de desempenho, digitalização acelerada e modelos pedagógicos alinhados às demandas do mercado. Sendo assim, torna-se ainda mais urgente problematizar a autonomia dos sistemas nacionais de ensino e fortalecer estratégias de resistência que preservem a educação como um direito social e como prática emancipatória, bem como a autonomia e a identidade profissional dos docentes.

Para Jabur e Vicente (2024, p. 172), as políticas educacionais contemporâneas estão sendo profundamente reconfiguradas por meio de infraestruturas digitais e plataformas tecnológicas, que passam a mediar processos decisórios e práticas pedagógicas. Os autores destacam que:

Em linhas gerais, a utilização de plataformas como mecanismo de aprendizagem necessita ser amplamente debatida e planejada. Ao contrário do realizado até então, faz-se necessária uma reorganização do papel docente na implementação de ferramentas tecnológicas nas aulas, além da criação de políticas públicas efetivas voltadas à formação e a capacitação dos profissionais da educação, para que possam enfrentar os novos desafios oriundos do desenvolvimento tecnológico e ter condições dignas de trabalho.

É imprescindível repensar o papel docente na implementação de tecnologias educacionais, bem como instituir políticas públicas consistentes voltadas à formação e à valorização profissional e que assegurem condições dignas de trabalho, de modo que os educadores estejam preparados para lidar com as exigências impostas pelo avanço tecnológico. Contudo, a reestruturação exige uma análise crítica, uma vez que implica processos de fragilização do trabalho docente e intensifica as disputas pela gestão da

educação sob a lógica neoliberal. A era da plataformização do trabalho docente engloba desde a perda da autonomia até a sobrecarga gerada pelo trabalho ininterrupto, já que “[...] o teletrabalho pode ser feito total ou parcialmente à distância, em qualquer lugar, desde que haja um computador ou celular e conexão à internet” (Grohmann, 2020, p. 218). Nesse sentido, a participação efetiva dos professores na elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas é fundamental para que as transformações digitais não se restrinjam a um controle tecnocrático, mas se orientem pelos princípios da democratização e da justiça social.

Sob a ótica gramsciana, compreende-se que o processo de plataformização educacional não se restringe à adoção de tecnologias ou à modernização da gestão, mas expressa uma disputa hegemônica inserido nas políticas públicas. Gramsci (2001) afirma que a hegemonia é construída na articulação entre consenso e coerção, operando por meio de práticas e discursos que naturalizam determinadas formas de organização social e política. No campo educacional, esse movimento manifesta-se quando as plataformas são apresentadas como soluções neutras e necessárias à eficiência da escola pública, encobrendo o caráter ideológico e os interesses econômicos subjacentes.

As plataformas digitais funcionam como dispositivos de regulação e vigilância, instaurando uma cultura de controle sobre o trabalho docente. Elas traduzem as ações pedagógicas em dados e relatórios, reorganizando o cotidiano escolar a partir de parâmetros de desempenho e eficiência, o que tende a reduzir a autonomia e a dimensão crítica da docência (Gonçalves; Moreira, 2022, p. 45).

O contexto mostra o que está em jogo: não é apenas o controle técnico do trabalho docente, mas a construção de uma nova hegemonia educacional baseada em valores como desempenho, eficiência e responsabilização. A adesão a esses princípios ocorre muitas vezes de forma consentida, por meio da incorporação de discursos sobre inovação e modernidade que mascaram a intensificação do controle sobre o professor. Contudo, como salienta Gramsci (1978), a hegemonia nunca é total; ela é sempre tensionada por práticas de resistência e contra a hegemonia. Assim, no interior das próprias plataformas e políticas de gestão algorítmica, emergem possibilidades de enfrentamento e ressignificação, nas quais os docentes podem afirmar sua autonomia e reconstruir o sentido social e emancipador de sua prática educativa.

A partir da década de 1980 e, com maior intensidade, nos anos 1990, a ação do Estado brasileiro passou por profundas redefinições, orientadas por um modelo normativo emergente que transformou significativamente as relações sociais: o neoliberalismo. Esse modelo, segundo Laval (2019), difundiu-se como uma racionalidade política e ideológica que penetrou nas esferas econômica e social, instaurando novas formas de regulação e controle. Nesse processo, a atuação estatal passou a incorporar princípios e práticas típicas da gestão privada, em uma tentativa de tornar a administração pública mais eficiente e competitiva (Oliveira, 2015).

Ademais, ampliou-se a participação de novos atores sociais na formulação e condução das políticas públicas, deslocando o Estado de seu papel centralizador para uma lógica de governança em rede (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2017). No campo educacional, esse movimento foi acompanhado pela crescente

influência de organismos internacionais, que passaram a definir diretrizes para currículos, formação docente e mecanismos de avaliação, orientando a educação brasileira segundo parâmetros globais de desempenho e produtividade.

Nesse contexto, as transformações advindas da racionalidade neoliberal abriram espaço para a consolidação de um novo modelo de gestão educacional, ancorado nas tecnologias digitais e nas plataformas de dados. A chamada plataformização da educação representa a atualização dessa lógica de controle, transferindo para o ambiente digital os mecanismos de mensuração e regulação do trabalho docente. De acordo com Oliveira e Cecílio (2023), a plataformização intensifica o controle sobre a prática pedagógica ao transformar as interações e os resultados em métricas visíveis e comparáveis, submetendo o professor a uma cultura de desempenho e autogestão. Essa dinâmica reitera o ideário neoliberal, no qual a responsabilização individual e a produtividade se tornam parâmetros centrais da avaliação docente.

Por outro lado, como observam Bortolazzo e Feijó (2024), ainda que a plataformização imponha novas formas de vigilância e precarização, ela também desperta práticas de resistência e colaboração entre professores, que constroem alternativas críticas por meio do compartilhamento de saberes, da formação entre pares e da defesa da autonomia pedagógica. Assim, as políticas públicas para o trabalho docente na era da plataformização configuram um campo de tensões entre controle e resistência, expressando a disputa entre a lógica gerencial neoliberal e as práticas emancipatórias construídas no cotidiano escolar.

A expansão da plataformização tem se consolidado por meio de políticas públicas educacionais que, frequentemente, refletem concepções neoconservadoras e buscam consolidar formas hegemônicas de gestão. Um exemplo concreto de política pública nesse contexto é a implementação de plataformas digitais nas instituições de ensino do Paraná, cujo objetivo declarado é modernizar a gestão educacional e promover inovação pedagógica (Viegas; Lamb, 2025). Contudo, essa modernização, ao mesmo tempo em que introduz novas possibilidades tecnológicas, também suscita tensões em torno da autonomia docente, da padronização das práticas pedagógicas e da mercantilização do ensino público, revelando os limites e contradições do discurso da inovação no campo educacional.

### **A reconfiguração da prática educativa à luz da plataformização**

A incorporação crescente de plataformas digitais na educação tem promovido uma profunda transformação nas práticas pedagógicas, caracterizando-se como um processo de reconfiguração do trabalho docente, que deve ser compreendida no contexto do capitalismo contemporâneo, frequentemente descrito como capitalismo na era digital, no qual a extração, circulação e monetização de dados tornam-se elementos estruturantes das relações econômicas e sociais. De acordo com Antunes (2020), essa fase do capitalismo intensifica processos de precarização do trabalho, introduz novas formas de controle e amplia a centralidade das tecnologias digitais na organização das atividades humanas. As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) e a Inteligência Artificial (IA) integram-se

diretamente a esse movimento, reconfigurando o mundo do trabalho e, por consequência, as práticas educativas e os modos de regulação escolar (Antunes, 2020b).

A extração de dados gerada por essas plataformas permite que estratégias históricas de ação desenvolvidas por docentes, muitas delas tácitas ou informais, sejam monitoradas, padronizadas e incorporadas aos algoritmos de gestão educacional. Nesse cenário, práticas tradicionais de resistência, arranjos informais, saberes tácitos e estratégias utilizadas pelos professores para lidar com tempos, demandas e diferentes relações de trabalho passam a ser convertidas em dados mensuráveis, ampliando o controle institucional sobre o cotidiano escolar (Viegas; Lamb, 2025).

Apesar do aumento do controle tecnológico, os docentes desenvolvem formas de resistência e negociação frente às plataformas digitais, enquanto Barbosa e Alves (2023) argumentam que a lógica algorítmica presente nas plataformas tende a fortalecer visões hegemônicas e a tornar menos visíveis práticas pedagógicas críticas e inclusivas, restringindo a diversidade de perspectivas no contexto educacional. Dessa forma, as plataformas além de fornecer suporte tecnológico, desempenham o papel de mediadoras de discursos e currículos, influenciando diretamente as práticas de ensino e a formação dos estudantes. Os autores também destacam que estratégias tácitas, adaptações pedagógicas e negociações informais permitem que professores preservem sua autonomia profissional e a criatividade no planejamento e execução das atividades, revelando que a tecnologia não é neutra, mas atravessa relações de poder e dinâmicas sociais na escola.

Para Barbosa (2023), a plataformização da educação ultrapassa a mera digitalização das práticas escolares. Ela se articula às transformações estruturais do capitalismo digital, que, conforme Antunes (2020), é caracterizado pela intensificação da vigilância, pela captura de dados e pela reconfiguração dos processos de trabalho sob novas formas de exploração. Essas dinâmicas, ao migrarem para o campo educacional, instauram formas de regulação e controle que tendem a reduzir a autonomia docente e a tensionar o caráter público, democrático e socialmente referenciado da educação. Esse movimento evidencia que a reconfiguração da prática educativa não é apenas tecnológica, mas política, pois redefine o espaço de atuação do docente e a forma como seu trabalho é valorizado ou explorado.

A plataformização também transforma diretamente a rotina docente, impondo novas formas de planejar, registrar e avaliar as atividades pedagógicas. Gonçalves e Moreira (2022) reforçam que essa reorganização altera a relação entre planejamento e execução, exigindo que docentes adaptem práticas consolidadas para atender a indicadores e métricas definidas por sistemas digitais, muitas vezes sem considerar a diversidade discente e especificidades do contexto escolar.

A incorporação de sistemas algorítmicos no cotidiano escolar não apenas amplia a capacidade de monitoramento das atividades docentes, mas também intervém diretamente na velocidade, intensidade e no modo de execução das tarefas pedagógicas. Como observam Rodrigues, Bechara e Grubba (2020), a concentração de informações em plataformas digitais confere às tecnologias um papel central na reorganização do trabalho, revelando dimensões políticas e econômicas que estruturam o processo de

plataformização. Compreender esse fenômeno implica situá-lo na fundamentação do capitalismo digital, no qual a extração contínua de dados, a automatização de procedimentos e a centralidade das plataformas reconfiguram tanto as práticas laborais quanto as dinâmicas institucionais. Esse cenário reforça a urgência de uma análise crítica sobre a inserção tecnológica na educação, visto que tais mecanismos operam para redefinir formas de gestão, controle e avaliação do trabalho docente.

Nesse quadro, a retórica da modernização e da eficiência tecnológica vem acompanhada pela intensificação da exploração do trabalho docente, tornando mais nítidas atividades historicamente invisibilizadas ou realizadas de modo informal. Leite *et al.* (2021) ressaltam que esse processo evidencia não apenas o aumento das exigências e da pressão gerencial, mas também a emergência de estratégias cotidianas de resistência e de adaptação, mobilizadas pelos professores diante da aceleração dos tempos e das demandas escolares mediadas por plataformas digitais.

A transformação do trabalho docente, portanto, não se limita à introdução de ferramentas digitais, mas implica uma transformação complexa das relações de trabalho, da autonomia profissional e do exercício pedagógico. Conforme Viegas e Lamb (2025), a atuação docente passa a ser moldada por exigências algorítmicas, ao mesmo tempo em que os professores buscam formas de manter sua prática educativa significativa, adaptando-se aos desafios impostos pela tecnologia sem renunciar a sua função crítica e social dentro da escola. Apesar das pressões de padronização e monitoramento, o controle das plataformas não neutraliza a ação docente, pois professores acionam estratégias implícitas, negociações cotidianas e ajustes pedagógicos que preservam margens de autonomia e sustentam formas de resistência. Essas práticas evidenciam que a tecnologia não é neutra, mas atravessa relações de poder e dinâmicas sociais, influenciando a organização do trabalho escolar (Viegas; Lamb, 2025).

Além disso, docentes enfrentam as dificuldades na formação para o uso dessas tecnologias, bem como a limitação de sua capacidade de planejar atividades de forma autônoma, evidenciando um controle sutil, porém sistemático, sobre a prática pedagógica. Diante desse cenário, emergem estratégias de resistência por parte dos professores, que buscam preservar a autonomia pedagógica e garantir a qualidade da aprendizagem. Viegas e Lamb (2025) ressaltam que essas resistências se materializam de diversas formas: adaptação crítica das plataformas às necessidades da sala de aula, criação de metodologias alternativas, compartilhamento de recursos entre colegas e formação de redes colaborativas que fortalecem a ação coletiva. Esses movimentos de resistência demonstram que, mesmo em contextos de forte controle digital, os docentes conseguem produzir práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas, ressignificando o uso da tecnologia.

A reconfiguração da prática educativa, portanto, não se limita à introdução de ferramentas digitais, mas implica uma transformação complexa das relações de trabalho, da autonomia profissional e do exercício pedagógico. Selwyn (2013) aprofunda essa perspectiva ao afirmar que a tecnologia educacional é um fenômeno essencialmente social, “baseado em disputas em torno de benefícios e poder, igualdade e empoderamento, estrutura e agência, desigualdade e justiça social”. Sob esse enfoque, a plataformização

deve ser compreendida não apenas como modernização tecnológica, mas como um processo político e econômico que redefine papéis, responsabilidades e formas de controle no cotidiano escolar. A resistência pedagógica adquire uma dimensão política, contrapondo-se à lógica mercantil e às imposições da plataformização que tendem a subordinar o trabalho docente a critérios produtivistas e gerenciais. A presença e a voz do professor nos processos de elaboração e monitoramento das políticas são, portanto, condições fundamentais para assegurar o caráter emancipador e coletivo da educação pública.

Além disso, Selwyn (2021) observa que as plataformas digitais ampliam a intensificação e a extensão do trabalho docente, tornando as atividades de planejamento, avaliação e comunicação mais dependentes de sistemas automatizados. Essas tecnologias, embora apresentadas como ferramentas de eficiência, acabam por alterar o ritmo e a natureza do trabalho, exigindo dos professores competências digitais, capacidade de adaptação e constante negociação com as demandas técnicas e institucionais impostas por sistemas de gestão algorítmica.

Desse modo, a plataformização da educação implica uma reconfiguração da autonomia docente, que deixa de ser exercida apenas em termos pedagógicos e passa a ser condicionada por infraestruturas tecnológicas e lógicas corporativas. Nesse contexto, Viegas e Lamb (2025, p. 5), discutem que “as formas de trabalho carregam aspectos positivos, como o acesso a um grande número de informações que podem contribuir para a melhoria do processo de aprendizagem” e para a reconfiguração da prática educativa à luz da plataformização evidencia um duplo movimento, por um lado, há uma ampliação do controle e da padronização do trabalho docente, por outro, surgem estratégias de resistência, adaptação e reinvenção pedagógica, e ainda complementa que a compreensão desse fenômeno exige uma análise crítica que considere as dimensões políticas, econômicas e culturais da plataformização, reconhecendo os impactos sobre a autonomia docente e a qualidade da experiência educativa (Viegas; Lamb, 2025).

Nesse cenário, compreender a plataformização exige inseri-la no contexto do capitalismo digital, marcado pela centralidade dos dados, automação e intensificação produtivista. Como aponta Antunes (2020), esse modelo reorganiza o trabalho ao introduzir novas formas de vigilância e subordinação, dinâmicas que, quando transpostas para a educação, tensionam a autonomia docente e submetem a escola a lógicas regulatórias orientadas por métricas e algoritmos. Nessa direção, as TDICs e a Inteligência Artificial, embora apresentadas como inovações pedagógicas, operam também como dispositivos de gestão e controle, alinhando as políticas educacionais a agendas de eficiência, mensuração e padronização. A literatura evidencia que tais processos geram disputas entre autonomia e controle, criatividade e racionalidade algorítmica, educação pública e interesses corporativos. Nesse contexto, a resistência docente assume papel central ao confrontar as imposições das plataformas e reafirmar a dimensão formativa e humana do trabalho pedagógico frente à crescente digitalização e mercantilização da educação.

Com base nas reflexões de Alves e Lopes (2024), a plataformização no campo educacional pode ser compreendida como um movimento de transposição da lógica das plataformas digitais comerciais para o contexto da educação. Nesse processo, empresas privadas, com amplo domínio tecnológico e experiência

em outros setores, passam a oferecer soluções de gestão, comunicação e análise de dados para instituições de ensino. Assim, docentes e discentes são inseridos em uma dinâmica similar à observada em plataformas de entrega, transporte ou busca de informações, em que os sujeitos são convertidos em nós de uma rede comunicacional orientada por dados. Essa estrutura tende a reduzir as relações pedagógicas a interações mediadas por algoritmos e fluxos informacionais, subordinando as práticas educativas à racionalidade técnica e mercadológica das plataformas. Cabe ressaltar, nesse contexto, as recomendações dos Organismos e Organizações Internacionais, dos conglomerados de empresas e das *Big Techs*, que vêm influenciando diretamente as políticas educacionais em âmbito mundial e nacional, orientando modelos de gestão baseados em dados, padronização e eficiência tecnológica.

Portanto, a reconfiguração da prática educativa não se limita à introdução de ferramentas digitais, mas representa uma transformação estruturante das práticas pedagógicas, das relações de trabalho e da gestão escolar. O desafio para os docentes consiste em conciliar exigências algorítmicas e métricas institucionais com a manutenção da autonomia pedagógica, da criatividade e do compromisso social com a educação, preservando o caráter crítico e reflexivo da prática educativa em um contexto cada vez mais mediado por plataformas digitais.

## CONCLUSÕES

A presente pesquisa possibilitou compreender que as políticas públicas voltadas à digitalização e à plataformização da educação básica não se restringem à incorporação de recursos tecnológicos no cotidiano escolar. Elas expressam uma nova racionalidade política e gerencial, orientada por métricas e indicadores de desempenho, que redefine o trabalho docente e intensifica mecanismos de controle e vigilância. Essa dinâmica evidencia que as tecnologias digitais, longe de serem neutras, configura-se como dispositivo de poder que condicionam as práticas pedagógicas e as formas de interação, organização e tomada de decisões no ambiente escolar, reforçando a necessidade de uma reflexão crítica sobre o papel das tecnologias digitais nas políticas educacionais contemporâneas.

Contudo, observou-se que, diante dessas condições, os professores constroem formas de resistência e reapropriação crítica das tecnologias, reafirmando o caráter ético, reflexivo e emancipador do fazer pedagógico. As práticas colaborativas e criativas que emergem desse contexto revelam que o trabalho docente preserva sua dimensão política, ainda que inserido em um cenário marcado por contradições e disputas hegemônicas.

Sob a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, o estudo evidencia que a plataformização da educação constitui um fenômeno inserido na totalidade das relações sociais, expressando interesses econômicos, políticos e culturais que atravessam a escola pública. No entanto, a prática docente, ao assumir uma postura crítica, pode tensionar essas estruturas, contribuindo para a construção de espaços mais democráticos e participativos.

Dessa forma, compreende-se que as políticas públicas voltadas à plataformização da educação precisam reconhecer o trabalho docente como elemento central na construção de uma governança digital verdadeiramente democrática. É fundamental que os professores participem ativamente da formulação, implementação e avaliação dessas políticas, de modo a garantir que a tecnologia não se torne instrumento de controle, mas de emancipação pedagógica. Nessa perspectiva, a resistência docente assume papel estratégico, configurando-se como prática política e ética em defesa de uma educação pública comprometida com a autonomia, a equidade e a justiça social.

## AGRADECIMENTOS

Às professoras Dr<sup>a</sup> Jani Alves da Silva Moreira e Dr<sup>a</sup> Maria Eunice França Volsi e ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI).

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro por meio de bolsa de estudos. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo financiamento contemplado na Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023 - Faixa A - Grupos Emergentes (Processo: 405633/2023-8), do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI), no qual a presente pesquisa se insere.

Os autores declaram não haver qualquer potencial conflito de interesse que possa interferir na imparcialidade deste trabalho científico.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Lynn; LOPES, David (org.). **Educação e tecnologia**: perspectivas críticas na era da plataformização. Salvador: EDUFBA, 2024. DOI: <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-522-2.18.12.24>.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020a. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br>. Acesso em: 5 out. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **O trabalho no século XXI**: novas formas de exploração e resistência. São Paulo: Boitempo, 2020b. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/o-trabalho-no-seculo-xxi-novas-formas-de-exploracao-e-resistencia/>. Acesso em: 15 set. 2025.

BALL, Stephen J. **Políticas educacionais e reformas**: uma abordagem sociológica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BARBOSA, José; ALVES, Maria. **Educação e plataformas digitais**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

BARBOSA, Marcelo. **Governança algorítmica e educação**: desafios na era da plataformização. São Paulo: Corez, 2023.

BECKERT, Francielle Selzer Brecher; LIMA, Dartel Ferrari. Explorando a alfabetização científica no ensino fundamental: o papel das informações e dos conceitos cotidianos dos alunos. **Educação On-Line**, Ponta Grossa, v. 19, n. 47, p. e24194715, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36556/eol.v19i47.1773>. Disponível em: <https://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/1773>. Acesso em: 1 set. 2025.

BORTOLAZZO, Sandro Faccin; FEIJÓ, Raí Marcelo de Oliveira. Neoliberalismo e plataformização da sociedade: uma análise sobre o trabalho ininterrupto e suas implicações na profissão docente. **Cadernos de Estudos e Humanidades Digitais**, Curitiba, v. 3, n. 2, 2024. DOI: <https://doi.org/10.59616/cehd.v1i4.942>. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/942>. Acesso em: 1 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 set. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília: CNE, 2016. Disponível em: [https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 10 out. 2025.

CARRIEL, Heloisa Kais; ROSENAU, Luciana dos Santos. A importância da mediação docente frente às práticas pedagógicas que utilizam as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). **Nova Paideia – Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 4–26, 2025. DOI: <https://doi.org/10.36732/riep.v7i2.651>. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/651>. Acesso em: 7 out. 2025.

CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski; SANTOS, Rodrigo Otávio dos; LOPES, Luís Fernando. Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 209–228, jan./abr. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2024-5910>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/Kc3k8J3Yt9D5qpFYxhyVt6S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 out. 2025.

CETIC.br. Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Conectividade nas escolas brasileiras aumenta após a pandemia, mas faltam dispositivos para acesso à internet pelos alunos, revela TIC Educação 2022**. 2023. Disponível em: <https://cetic.br/en/noticia/conectividade-nas-escolas-brasileiras-aumenta-apos-a-pandemia-mas-faltam-dispositivos-para-acesso-a-internet-pelos-alunos-revela-tic-educacao-2022/>. Acesso em: 7 out. 2025.

CGI.br. Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2023**. São Paulo: CGI.br, 2024. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/kids-online/>. Acesso em: 7 out. 2025.

CRUZ JUNIOR, Gilson. Politizando o digital: contribuições para a crítica das relações entre educação e tecnologias. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 1509–1530, 2020. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2020v18i3p1509-1530>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/47477>. Acesso em: 7 out. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 49. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIROUX, Henry A. **Teoria e resistência em educação: uma pedagogia para a oposição**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

GOMES, Roberta Mirnas de Oliveira; SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; MEDEIROS, Emerson Augusto de. Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO: pensar a política educacional para além da implementação na escola pública. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 3, p. 1647–1661, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp.3.15303>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15303>. Acesso em: 7 out. 2025.

GONÇALVES, Leonardo Dorneles; MOREIRA, Jani Alves da Silva. Análise das orientações políticas para o ensino médio no Brasil (1998–2012): ofensiva empresarial-conservadora sobre a formação da juventude. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 22, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v22i00.8659809>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659809>. Acesso em: 10 set. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GROHMANN, Maria. **Tecnologia e educação: entre a inovação e a padronização**. Porto Alegre: Sulina, 2020.

JABUR, Simone Sartori; VICENTE, Vinicius Renan Regolin de. Políticas de plataformização no Novo Ensino Médio: implicações ao trabalho docente. In: MOREIRA, Jani Alves da Silva; VOLSI, Maria Eunice França; FERREIRA, Gesilaine Muci (org.). **Políticas educacionais e a plataformização da educação: reformas educacionais em tempos de disputas**. Curitiba: Editora CRV, 2024. p. 172-326.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEITE, Rosana Franzen; LIMA, Dartel Ferrari; CIANI, Andréia Butner; MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida; KLÜBER, Tiago Emanuel. Alfabetização científica da população: um desafio social. **Revista Brasileira de Educação em Ciências e Educação Matemática**, Cascavel, v. 5, n. 3, p. iii-vi, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33238/ReBECCEM.2021.v.5.n.3.28550>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/rebecem/article/view/28550/19990>. Acesso em: 15 out. 2025.

LEMOS, André. **Cultura digital e educação: reflexões críticas**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

LIMA, Dartel Ferrari; LEITE, Rosana Franzen; CIANI, Andréia Büttner; KLÜBER, Tiago Emanuel. Diferentes revisões da literatura: a revisão de escopo. **Revista Brasileira de Educação em Ciências e Educação Matemática**, Cascavel, v. 6, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33238/ReBECCEM.2022>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/rebecem/article/view/29193>. Acesso em : 15 out. 2025.

MENDONÇA, Eduardo; NÓVOA, Natasha. **Data Privacy Brasil atua para proteger os direitos de crianças e adolescentes em plataformas educacionais**. 2025. Disponível em: <https://www.dataprivacybr.org/data-privacy-brasil-atua-para-protger-os-direitos-de-criancas-e-adolescentes-em-plataformas-educacionais/>. Acesso em: 7 out. 2025.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism**. New York university press, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18574/nyu/9781479833641.001.0001>.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação e gestão: novos modos de regulação e controle**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

OLIVEIRA, Evandro Alves de; CECÍLIO, Sálua. Trabalho (docente), neoliberalismo e produção de subjetividades no capitalismo global: evidências de uma “nova razão do mundo” na era digital. **Educação**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, e42727, 2023. DOI: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2023.1.42727>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/42727>. Acesso em: 10 set. 2025.

- PALAVISSINI, Clarice Fabiano Costa; LIMA, Dartel Ferrari. A inclusão do aluno surdo no meio educacional universitário. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, XV., 2021, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR, 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/354898725\\_A\\_INCLUSAO\\_DO\\_ALUNO\\_SURDO\\_NO\\_MEIO\\_EDUCACIONAL\\_UNIVERSITARIO](https://www.researchgate.net/publication/354898725_A_INCLUSAO_DO_ALUNO_SURDO_NO_MEIO_EDUCACIONAL_UNIVERSITARIO). Acesso em: 7 out. 2025.
- RODRIGUES, João; BECHARA, Maria; GRUBBA, Lucas. **Tecnologias digitais e controle social: impactos na educação e na sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://humanamente.fiocruz.br/agora/os-impactos-da-plataformizacao-do-trabalho-e-da-educacao/>. Acesso em: 18 set. 2025.
- SELWYN, Neil. **Digitally Dominated? Culture, Power, and Democracy in a Digital Age**. Cambridge: Polity Press, 2021. Disponível em: <https://www.politybooks.com/bookdetail/?isbn=9781509548563>. Acesso em: 12 out. 2025.
- SELWYN, Neil. **Education and technology: key issues and debates**. 2. ed. London: Bloomsbury Academic, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5040/9781474235952>.
- SELWYN, Neil. **Education in a Digital World: Global Perspectives on Technology and Education**. New York: Routledge, 2013. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203108178>. Disponível em: <https://www.routledge.com/Education-in-a-Digital-World/Selwyn/p/book/9780415808465>. Acesso em: 12 out. 2025.
- SHIROMA, Eneida. Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Políticas educacionais e trabalho docente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- SILVA, Afrânio de Oliveira; MENEZES, Paula Cristina S.; ESTEVES, Thiago J.; SANTOS, Teresa Cristina S. Plataformas digitais e a precarização do trabalho docente: a nova fronteira do neoliberalismo na educação pública. **Entropia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 126–148, jul./dez. 2025. DOI: <https://doi.org/10.52765/entropia.v9i18.596>. Disponível em: <https://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/596>. Acesso em: 12 out. 2025.
- SILVA, Nathália Aparecida Gonçalves; CAROLEI, Paula. Plataformização da educação pública: desafios para autonomia docente e inclusão discente. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, 2024. DOI: <https://doi.org/10.12957/redoc.2024.84769>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/redoc/article/view/84769>. Acesso em: 7 out. 2025.
- SILVA, Patrícia; COUTO, Edvaldo Souza. Plataformização da aprendizagem e o protagonismo do ecrã nas práticas pedagógicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 40, p. 1–20, jul./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3697>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/39146>. Acesso em: 7 out. 2025.
- SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataforma**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017. Disponível em: <https://autonomialiteraria.com.br>. Acesso em: 5 out. 2025.
- TURCHI, Lenita; CODES, Ana Luiza; ARAÚJO, Herton. **Formação continuada dos professores e a política nacional de educação digital**. Brasília, DF: Ipea, abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.38116/td2983-port>.
- VIEGAS, Moacir Fernando; LAMB, Marcelo Eder. Plataformas digitais, Estado e desigualdade no trabalho docente com dados. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 45, e289632, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC289632>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/fmmJqcb7V3BbkZytcd9dxYD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

**Submetido:** 15/out/2025  
**Correções:** 29/nov/2025  
**Aceite Final:** 21/fev/2026